



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002738-19.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal**
 Requerente: **REGINALDO ALBERTO FERRO**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

O autor alega ter recebido cobranças da ré por débitos relativos a linha telefônica que sustenta não ter adquirido.

Almeja à declaração de inexistência da dívida e a rescisão do contrato.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a existência de relação jurídica que justificasse a cobrança trazida à colação.

O quadro delineado atua em desfavor da ré.

Isso porque tocava a ela provar que o autor regularmente teria contratado com ela a prestação de serviços concernentes à linha telefônica aqui versada, seja em face do que prevê o Código de Defesa do Consumidor, seja porque não seria exigível ao autor fazer prova de fato negativo (não poderia atestar que não contratou com a ré).

Ela, todavia, não se desincumbiu desse ônus, não lhe socorrendo apenas o argumento de que os valores cobrados são exigíveis porquanto houve a prestação dos serviços, tendo em vista que isso não restou minimamente patentado.

Por outras palavras, a ré não pode alegar a existência da contratação sem trazer aos autos um único indício que confira verossimilhança à sua ocorrência, nada opondo de concreto à negativa do autor sobre o assunto.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque inexistindo prova de que o autor tivesse contratado a prestação de serviços relativos à linha (11) 94299-7323 não se afigura legítima a cobrança a eles pertinente.

A declaração da inexistência dessa dívida é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato relativamente a linha (11) 94299-7323, bem como declarar inexigível qualquer débito a ela relacionado.

Torno definitiva a decisão de fl. 17/18, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 20 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**